

# Qualidade no Ensino

Horácio Almendra

horacio.almendra@iqe.org.br  
www.iqe.org.br



Colaboração:

Maria Helena Braga / mhelena.braga@iqe.org.br  
Maria Sidalina Gouveia / sidalina.gouveia@iqe.org.br  
Cristina Luiza Garbuio / cristina.garbuio@iqe.org.br  
José Gayoso / jose.gayoso@iqe.org.br

## Alfabetização na idade certa

Por: Maria Helena Braga\*

O governo federal lançou em 2012 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – cujo principal objetivo é garantir a alfabetização dos alunos de 1º a 3º ano, em Língua Portuguesa e Matemática, até os 8 anos de idade. Os sistemas públicos de ensino – municipais e estaduais – foram convidados a congregarem esforços para que a meta seja alcançada.

Alguns questionamentos foram incitados pelo Pacto, desde a indagação sobre a existência de idade certa para alfabetizar, até o surgimento de proposições que consideram o término do ciclo de alfabetização antes dos 8 anos.

Para refletir sobre essas questões, precisamos partir de alguns fatos, amplamente conhecidos pelos educadores brasileiros e

divulgados pela mídia:

- em praticamente todos os sistemas públicos de ensino do Brasil há casos preocupantes de alunos dos anos iniciais, e mesmo dos finais, do Ensino Fundamental que não dominam o sistema alfabético em que a Língua Portuguesa é escrita, ou seja, não estão alfabetizados;

- em geral, alunos oriundos de famílias pouco escolarizadas têm acesso à cultura escrita prioritariamente por meio da educação escolar;

- há um imenso capital cultural, cujo domínio pelos cidadãos implica no reconhecimento social, distribuído de forma desigual entre os membros da sociedade;

- o domínio do sistema alfabético, o que é compreendido por alfabetização, não é suficiente para que os alunos desenvolvam suas

competências em relação à língua escrita. É preciso ir muito além; é preciso que os alunos conheçam a língua em suas diversas manifestações.

O quadro acima vem se arrastando há décadas, com a modificação de algumas ações de política pública, mas sem resultados significativos para sua alteração. Nas décadas de 1960 e 1970, período da democratização da escola pública, as crianças das classes sociais mais baixas enfrentavam muitas dificuldades para aprovação e permanência nas escolas; o índice de reprovação na 1ª série era demasiadamente alto. Como medida atenuante dos resultados catastróficos, vimos a estruturação das séries iniciais em ciclos, o que levou muitos professores à falsa ideia da aprovação automática; o tempo estendido para a apreensão

da escrita pelas crianças foi, muitas vezes, tomado como um tempo “indefinido”, sem prazo para apresentação de resultados.

A prática do trabalho em sala de aula torna óbvia a conclusão de que quanto mais cedo as crianças têm contato com a língua escrita, isto é, por meio de práticas tais como a leitura de textos feita pelos professores, o acesso a livros de literatura e de outros gêneros, os desafios cognitivos que levam à reflexão sobre a formação das palavras, entre outras, mais cedo chegam ao domínio do sistema alfabético e dos gêneros textuais, base da comunicação humana.

A Educação Infantil tem um grande compromisso diante da condição exposta. É nesse segmento que as crianças terão contato mais aprofundado com a cultura escrita, o que favorecerá a

apreensão dos usos sociais que determinam em que situações e como a escrita é utilizada.

Os alunos que hoje se encontram nos anos iniciais e ainda não vivenciaram as situações a serem favorecidas pela Educação Infantil, necessitam que haja grande esforço e compromisso de todos os educadores para alfabetizar, com apoio e acompanhamento dos sistemas de ensino. É preciso que haja um limite nacional de tempo, em compasso com as reais condições dessa educação, a fim de garantir o compromisso de todos em empreender ações pedagógicas destinadas à compreensão do sistema alfabético e à ampliação do acesso aos gêneros textuais. E, sabemos, comprovadamente, que até os 8 anos de idade as crianças já desenvolveram condi-

ções cognitivas adequadas para esse aprendizado.

Nos documentos do PNAIC encontramos uma expressão interessante, que deve ser levada a fundo pelos educadores: os direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa. A participação efetiva de todos os brasileiros no sistema democrático de distribuição justa de bens culturais e materiais depende, em grande parte, do conhecimento sobre os usos da língua que marcam as interações pessoais e jurídicas entre os cidadãos. Esse conhecimento se amplia durante toda a vida, por meio da prática da leitura e da produção textual, mas o início determinante está nos primeiros anos da escolarização.

\* Maria Helena Braga é Supervisora Pedagógica de Programas do IQE – Instituto Qualidade no Ensino